

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

**PROCESSO LICITAÇÃO Nº 65/2021PM**

## EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2021/PM

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito noCNPJsobonº95.996.104.0001.04,representado neste ato pela Prefeita Sra.SONIA SALETEVEDOVATTOno uso de suas atribuições,comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL** visando a contratação futura de pessoa jurídica para execução do objeto abaixo indicado. Os envelopes de **“PROPOSTA DE PREÇOS”** e **“DOCUMENTAÇÃO”** deverão ser entregues no Setor de Licitações, localizado na sede deste Município – Rodovia SC 452 Km 24, nº 1551, Centro, Monte Carlo,SC. **RECEBIMENTO DAS “PROPOSTA DE PREÇOS”: das 13:h00 horas do dia 17/06/2021 até às 13:45 horas do dia 17/06/2021**

**ABERTURA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DISPUTA DE**

**PREÇOS: Às 14:00 horas do dia 17/06/2021.**

A presente licitação será do tipo **MENOR PREÇO - JULGAMENTO POR ITEM**, consoante as condições estatuídas neste Edital e será regido pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Federal nº 7892 de 23/Janeiro/2013, Decreto Municipal nº 04/ de 10/janeiro/2017, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

|  |
| --- |
| **1** – **DO OBJETO** |

1.1–O presente pregão tem como objeto para aquisição de Veículo Ônibus com Carroceria integrada, nos casos especificados conforme delimitações constantes neste Edital, para exercício de 2021.

|  |
| --- |
| **2 – DA EXECUÇÃO** |

* 1. – As quantidades de unidades individuais do objeto licitado, que serão contratados são os constantes do ANEXOVII.
  2. - A licitante vencedora executará os serviços/entrega dos produtos do presente processo mediante a solicitação formal do Chefe do Departamento de Compras deste município no prazo máximo de 90 (noventa)dias.
  3. – As empresas que participarem desta licitação, se obrigam a emitir NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), para as transações efetuadas, nos prazos fixados pela legislação vigente, quando assim se enquadrarem por forçalegal.

|  |
| --- |
| **3 – DA PARTICIPAÇÃO** |

* 1. – Poderão participar desta licitação as empresas interessadas que satisfazerem as condições de habilitação preliminar enumeradas no item nº 6 do presenteEdital.
  2. – Não poderá participar desta licitação, empresas temporariamente suspensa de licitar e impedida de contratar junto a Administração Pública direta ou indireta Federal, Estadual ouMunicipal.

# ESTADO DE SANTA CATARINA



MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

* 1. –Nãopoderáparticipardalicitação,empresadeclaradainidôneaparalicitarjuntoa qualquer órgão ou entidade da Administração direta ou indireta Federal, Estadual ou Municipal, sob pena de incidir no previsto no parágrafo único do art. 97 da Lei Federal nº 8666/1993 e suasalterações.
  2. – É vedada a participação nesta licitação, empresas das quais participem, seja a título de sócio-administrador ou sócio-cotista, servidor público do MUNICÍPIO DE MONTECARLO.

3.5. – Não será permitida a participação nesta licitação de empresas em consórcio e sejamcontroladoras,coligadasousubsidiáriasentresi,ouainda,qualquerquesejasua forma deconstituição.

* 1. – Não poderá participar da licitação empresa com falência decretada ou concordatária.
  2. – Somente poderão participar da presente licitação as empresas cujo objeto social seja pertinente ao objetolicitado.
     1. – Entende-se por pertinência, o objeto social da proponente que, mesmo não sendoidênticoaoobjetodalicitação,sejaaomenosapropriadoaeste,ouseja,oobjeto socialdalicitantenãodevesertotalmenteestranhoeincompatívelcomoobjetolicitado.
  3. –Por força do art.9º ,da Leinº8.666/93,e em honra ao princípio da moralidade,não poderão participar desta licitação, servidor público, efetivo ou não, ainda que licenciado do cargo, que mantenha vínculo de qualquer espécie com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, excetua-se destas vedações o servidor público municipal no gozo de licença não remunerada para tratar de interesses particulares, nos termos da legislação municipal vigente; bem como, não seja pessoa terceirizada cuja atividade esteja relacionada com os setores de Compras, Jurídico, Contábil, Financeiro, Obras, Educação ou qualquer outro setor cujo objeto licitado seja afeto.
  4. - Estrangeiras que não funcionem no País.
  5. –Fica vedada a participação de empresas de um mesmo grupo econômico,assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum.
  6. – Não será admitida a participação de cooperativas e ou instituições sem fins lucrativos cujos os estatutos e objetivos sociais não prevejam ou não estejam de acordo com o objeto ora licitado.

|  |
| --- |
| **4** - **DO CREDENCIAMENTO** |

* 1. - Quando a interessada for representada por pessoa que estatutariamente tenha poder para tal, esta deverá apresentar Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial do Estado com data inferior a 30 (trinta) dias da apresentação ou Contrato Social na forma dalei.
  2. - Caso seja representada por procurador, este deverá apresentar procuração (podendo utilizar o ANEXO I como modelo) ou documento equivalente, com firma reconhecida do Outorgante, cópia do respectivo RG - Registro Geral e CPF/MF - Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda, devendoapresentar, também, a

# ESTADO DE SANTA CATARINA



MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

mesma documentação constante do item 4.1 deste capítulo, a fim de comprovar os poderes do outorgante.

* + 1. - Não poderá atuar como procurador da proponente, servidor público efetivo ou não, ainda que licenciado do cargo, que mantenha vínculo de qualquer espécie com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, bem como, pessoa terceirizada cuja atividade esteja relacionada com os setores de Compras, Jurídico, Contábil, Financeiro ou qualquer outro setor cujo objeto licitado seja afeto. Excetua-se desta vedação o servidor público municipal no gozo de licença não remunerada para tratar de interesses particulares,nos termos da legislação municipal vigente.
  1. - Apresentar declaração de cumprimento de plenos requisitos da habilitação, modelo AnexoIV.
  2. – No caso das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, e, que quiserem utilizar-se das prerrogativas e direitos da Lei Complementar Nº 123/2006, deverão manifestar esse interesse no momento do credenciamento, prerrogativa esta comprovada com a apresentação da Certidão Simplificada mencionada no item 4.1 ou declaração afirmando talcondição.
  3. - Os documentos de credenciamento de que tratam os itens 4.1, 4.2 e 4.3 deverão vir fora dos envelopes de documentação e proposta e ficarão retidos nosautos.
  4. – Havendo remessa via postal dos envelopes ou defeito no credenciamento pela ausência de algum dos documentos tratados no item “5 – Proposta de Preços”, a licitante não poderá participar da fase de lances,permanecendo com sua proposta fixa, bem como não poderá se manifestar acerca da interposição de recurso quando declarado o vencedor.
  5. –Os documentos devem apresentar prazo de validade,conforme o caso,e poderão ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação pelo Pregoeiro, ou membro da Equipe de Apoio ou servidor do Departamento deCompras.

|  |
| --- |
| **5 - DA PROPOSTA DE PREÇOS** |

* 1. - A proposta deverá ser entregue em envelope fechado, contendo a seguinte indicação:

## MUNICÍPIO DE MONTE CARLO/SC PROCESSO LICITATÓRIO Nº 65/2021/PM (RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE)

**(CNPJ DA LICITANTE)**

**ENVELOPE Nº 01 - “PROPOSTA DE PREÇOS”**

* 1. - A proposta necessariamente deverá preencher os seguintesrequisitos:
     1. Sera presentada no formulário ANEXOII ou segundo seu modelo,com prazo de validade mínima de 60 (sessenta) dias,contendo especificação detalhados serviços e/ou produtos segundo as exigências mínimas apresentadas no Anexo VII deste Edital. Não serão permitidas alternativas, emendas, rasuras ouentrelinhas.
     2. conter o nome do proponente, endereço, identificação (individual ou social), o nº doCNPJ;
     3. suas folhas devem estar assinadas e rubricadas pelo seu representante legal ouprocurador;

# ESTADO DE SANTA CATARINA



MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

* + 1. conter o preço unitário e total de cada item, em moeda corrente nacional, em algarismo, limitado a 02 (duas) casas decimais para oscentavos.
    2. conter prazocontratual;
    3. oferta firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.
  1. - Anexar à proposta, os dados bancários: nome do banco, nº da conta corrente, indicando a agência bancária para recebimento dos créditos (conforme modelo no ANEXOIII).
  2. - Anexar à proposta os dados do representante legal da empresa: nome completo, cargo ou função, número de identidade e número do CPF/MF e endereço eletrônico; (conforme modelo no ANEXOIII).
  3. – Anexar a proposta, as Declarações solicitadas no presente Edital; quesão:

5.5.1 - Declaração de inexistência de vínculo de sócio ou procurador com a administração pública municipal e Declaração de Idoneidade modelo Anexo VI;

* 1. – Havendo divergência entre a descrição dos produtos constantes no Anexo VII e a proposta eletrônica disponível do sistema (quando houver), prevalece a constantes neste Edital.
  2. –Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor.

|  |
| --- |
| **6** - **DA HABILITAÇÃO** |

* 1. - Toda a documentação de habilitação deverá ser entregue em envelope fechado, contendo a seguinteindicação:

## MUNICÍPIO DE MONTE CARLO/SC PROCESSO LICITATÓRIO Nº 065/2021/PM (RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE)

**(CNPJ DA LICITANTE)**

**ENVELOPE Nº 02 - “DOCUMENTAÇÃO”**

* 1. - Para habilitação na presente licitação será exigida a entrega dos seguintes documentos:
     1. – Quanto à habilitaçãoJurídica:
        1. Contrato social na forma de lei (sê, não apresentado na fase de credenciamento).
     2. – Quanto à regularidade Fiscal eTrabalhista:
        1. Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
        2. Prova de Regularidade com a FazendaEstadual;
        3. ProvadeRegularidadecomaFazendaMunicipal,dodomicílioousede

do licitante;

# ESTADO DE SANTA CATARINA



MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

* + - 1. Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS -CRF);
      2. Certidão Negativa de DébitosTrabalhista;
  1. –Os documentos devem apresentar prazo de validade,e poderão ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação pelo Pregoeiro/Equipe de Apoio.Não serão aceitas cópias de documentos obtidas por meio de emails .Não serão aceitas cópias de documentos ilegíveis.

|  |
| --- |
| **7 - DAS OBRIGAÇÕES DA VENCEDORA** |

Será de responsabilidade da licitante vencedora:

* 1. - Executar o objeto do presente processo licitatório nas condições e formas previstas no presente Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas neleprevistas;
  2. –Realizar os serviços/entregados materiais,nas dependencias da prefeitura municipal do município,diretamente nos locais a que for autorizado, na parte que couber.
  3. – Executar os serviços/entregar os produtos licitados, somente com autorização expressa e formal do Chefe do Departamento de Compras do município, através de apresentação do documento emitido pelo Departamento de Compras,no dia e hora que o mesmo solicitar;
  4. - Indicar na Nota Fiscal, o número da Autorização de Fornecimento – Ordem de Compra.
  5. - Entregar os serviços/produtos licitados com qualidade e que cumpram as determinações da legislação vigente;
  6. -Manter,durante toda a execução contratual,em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei 8666/93.

|  |
| --- |
| **8 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE** |

* 1. – Cumprir com todas as obrigações em conformidade com as Disposições deste Edital e de seus Anexos.
  2. – Aplicar as sanções administrativas, quando se façamnecessárias.

8.3. – Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos á execução do objeto, em especial quanto a aplicação de sanções, alterações e repactuações do mesmo.

* 1. –Acompanhar a execução do contrato,nos termos do inciso III do art.58 e com art. 67 da Lei nº 8666/93, através dos fiscais do contrato, que exercerão ampla e irrestrita fiscalização e gestão do objeto, a qualquer hora, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados, inclusive às obrigações da contratada constantes deste Edital econtrato.

# ESTADO DE SANTA CATARINA



MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

* 1. – Efetuar juntada aos autos do processo das irregularidades observadas durante a execução da relaçãocontratual.
  2. – Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas em Contrato eEdital.
  3. – Rejeitar, no todo ou em parte, a execução/entrega do objeto do contrato em desacordo com as respectivasespecificações.
  4. – Comunicar à contratada as ocorrências ou problemas verificados para que efetue medidas corretivas.
  5. – Verificar, durante toda a execução do contrato, a manutenção pela contratada,de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação em compatibilidade com as obrigaçõesassumidas.
  6. – Impedir que terceiros estranhos à contratação forneçam objetolicitado.
  7. – Prestar informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham aser solicitados pela contratada.
  8. – Solicitar a reparação ou substituição do objeto que esteja em desacordo com a especificação apresentada e aceita, ou que apresentedefeito.
  9. –Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto,alertando a contratadada as falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade acontratada.
     1. – Para fiscalização dos contratos oriundos do presente processo licitatório, será definida a pessoa responsável, no termo de contrato em sua cláusula7.13.1;
  10. – Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas neste Edital e no Contrato.
  11. – Rejeitar a execução do objeto do contrato, por terceiros, sem autorização, ou se houver, que não seja aquele da informação constante na propostaapresentada.

|  |
| --- |
| **9** - **DO RECEBIMENTO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOS**  **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** |

* 1. - No dia, hora e local designados no Edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, o Pregoeiro, juntamente com a Equipe de Apoio, executará a rotina de credenciamento, conforme disposto no Capítulo 4.
  2. - Verificadas as credenciais e declarada aberta a sessão, o Pregoeiro solicitará e receberá, em envelopes devidamente lacrados, a proposta e os documentos exigidos parahabilitação.
  3. - Em nenhuma hipótese serão recebidos envelopes contendo proposta e os documentos de habilitação fora do prazo estabelecido nesteEdital.
  4. - Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas de preços, ocasião em que será procedida à verificação da conformidade das mesmas com os

# ESTADO DE SANTA CATARINA



MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

requisitos estabelecidos neste instrumento, com exceção do preço, desclassificando-se as incompatíveis.

* 1. –No curso da sessão,dentre as propostas que atenderem às exigências constantes do Edital,o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços de até10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer lances verbais e sucessivos, em valores distintos edecrescentes.
  2. - Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecerem lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preçosoferecidos.
  3. - A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra ao licitante, na ordem decrescente dos preços;
  4. - Dos lances ofertados não caberá retratação.
  5. - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da fase de lances e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante.
  6. –O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando,indagados pelo Pregoeiro, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.
  7. –Finalizada a fase de lances e ordenadas as ofertas,de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a compatibilidade dos preços ofertados com os praticados no mercado, desclassificando as propostas dos licitantes que apresentarem preço excessivo, assim considerados aqueles acima do preço demercado.
  8. - Neste momento, após finalizada os lances, será concedido a LICITANTE Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, que no início se credenciou como tal, o direito de preferência, conforme parágrafo 3º do Artigo 45 da LC Nº 123/2006, desde que esteja com proposta dentro do preço compreendido entre a menor proposta apresentada mais 5%(cinco por cento), apresentar no prazo máximo de 05(cinco) minutos,nova proposta menor que a menor proposta até então apresentada.Odisposto neste item somente ser aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.
  9. - O Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente que apresentou o menor preço para que seja obtido preço aindamelhor.
  10. - Será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitanteque tiver formulado a proposta de menor preço, para confirmação das suascondições.
  11. – Neste ínterim será concedido novamente o direito de preferência, no caso deter sido vencedora na etapa de lances uma Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, para havendo irregularidades na documentação de Regularidade Fiscal, apresentar as devidas correções e ou substituições no prazo máximo de 05 (cinco) dias, prorrogáveis pormais05(cinco),conformeparágrafo1ºdoArt.43daLC123/2006ealteraçõespara regularização dadocumentação.
  12. - No caso de inabilitação do proponente que tiver apresentado a melhor oferta, serão analisados os documentos habilitatórios do licitante da proposta de segundo



menor preço,e assim sucessivamente,até que um licitante atenda às condiçõesfixadas neste instrumento convocatório.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

* 1. - Verificado o atendimento das exigências habilitatórias, será declarada a ordem de classificação dos licitantes.
     1. - Será declarado vencedor o licitante que ocupar o primeiro lugar. Serão registrados os fornecedores na ordem de sua classificação, para fins de convocação remanescente na forma do art. 64, § 2°, da Lei n°8.666/93.
  2. - O Pregoeiro somente manterá em seu poder os envelopes com a documentação dos licitantes perdedores quando houver manifestação de recurso previsto no item14.1 deste Edital;
  3. - Da sessão pública será lavrada Ata, devendo esta ser assinada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e por todos os licitantes presentes.
  4. –Todos os documentos e as propostas deverão ser rubricados pelo Pregoeiro,pela Equipe de Apoio e pelos representantes das licitantes que estiverem presentes.

|  |
| --- |
| **10** - **DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO** |

10.1 - A presente licitação será adjudicada à licitante que apresentar proposta de MENOR PREÇO – JULGAMENTO POR ITEM, desde que atendidas às exigências deste Edital.

|  |
| --- |
| **11 – DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL** |

* 1. – Decairão do direito de impugnar os termos desta licitação perante à Administração, os licitantes que não o fizerem dentro do prazo legal, conforme art.41,

§ 2º da Lei n° 8.666/93, hipótese que tal comunicação posterior não terá efeito de recurso.

* 1. – A propositura de impugnação ou esclarecimento por via postal, não impede a realização do certame,ficando a cargo da proponente,certificar-se que o pedido deverá ser entregue na sede da Prefeitura Municipal, até o prazo previsto no item 11.1, sob pena de não conhecimento do mesmo.
  2. – Somente serão aceitos pedidos de esclarecimento ou impugnações, devidamente formalizados por escrito, pelos proponentes interessados, e regularmente protocolados perante o Setor de Compras e Licitações do MUNICÍPIO DE MONTE CARLO –SC.
     1. – Pelo recebimento do pedido de esclarecimento ou impugnação, terá o Presidente da Comissão de Licitações que promover sua resposta.
  3. - Os pedidos de impugnação ou esclarecimento deverão indicar obrigatoriamente, um endereço eletrônico para onde serão remetidas as respostas e decisões, peloSetor de Compras eLicitações.
  4. - Pedidos de esclarecimento ou impugnações formuladas em desacordo com o previsto nos itens 11.1 a 11.4, e seus subitens, deste Edital, serão tidos como inexistentes, e não receberão resposta, sob nenhuma justificativa.



|  |
| --- |
| **12 – CONTRATO** |

* 1. – As obrigações decorrentes da entrega dos produtos e serviços constantesneste Edital serão firmadas entre a Administração, os Órgãos Participantes e o Fornecedor serão formalizadas através de termo contratual, sendo que o prazo de validade será o da assinatura do termo e emissão da Autorização de fornecimento até o prazo de 30 dias corridos.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

* 1. - O fornecedor classificado em 1° (primeiro) lugar nos preços registrados, será convocado através de publicação no DOM–Diário Oficial dos Municípios ou através do endereço eletrônico (e-mail) informado no processo, a firmar contrato no prazo máximo de 3(três) dias ,devendo o proponente manter-se nas mesmas condições da habilitação elencadas no item 6 bem como as do item 19 no que couber.
  2. – O licitante que, convocado para assinar o contrato, deixar de fazê-lo no prazo fixado, dela seráexcluído.
  3. – No ato da assinatura do contrato, a licitante vencedora deverá apresentar os seguintes documentos:
     1. – Certidão negativa de falência econcordata.
  4. – Na hipótese do fornecedor primeiro classificado ter seu registro cancelado, não assinar, não aceitar ou não retirar o contrato no prazo e condições estabelecidas, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem declassificação.
  5. – Observados os critérios e condições estabelecidas neste Edital e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiqueme que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

|  |
| --- |
| **13 – DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS** |

13.1 - Os preços serão fixos e irreajustáveis durante a vigência contratual.

|  |
| --- |
| **14** - **DOS RECURSOS E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS** |

* 1. - Declarado(s) o(s) vencedor(es), qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contra-razão em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dosautos.
  2. - Não sendo interpostos recursos, o Pregoeiro adjudicará o objeto do certameà(s) empresa(s)declarada(s)vencedora(s),sendosubmetidoesteresultadoaoPrefeitapara homologação.
  3. - O(s) recurso(s), porventura interposto(s), não terá(ão) efeito suspensivo e será(ão) dirigido(s) ao Exmo. Prefeita, por intermédio do Pregoeiro, a qual poderá reconsiderar sua decisão, em 05 (cinco) dias úteis ou, nesse período, encaminhá-lo(s) ao Prefeita, devidamente informado(s), para apreciação e decisão, no mesmo prazo.



* 1. - Decididos os recursos eventualmente interpostos, será o resultado da licitação submetido ao Exmo. Prefeita para o procedimento de homologação com a devida adjudicação do objeto desta licitação à(s)vencedora(s).

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

* 1. - A recusa injustificada da adjudicatária em assinar contrato dentro do prazo de03 (três) dias a contar da convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a adjudicatária às penalidades legalmente estabelecidas.
  2. – Pela inexecução total ou parcial do objeto ou falha na execução do contrato e verificado ao nexo causal devido a ação ou à omissão da CONTRATADA,relativamente as obrigações contratuais em questão,torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei nº 10520/2002, no Decreto nº 5450/2005 e da Lei nº 8666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado aseguir:
     1. advertência,
     2. multa,
     3. suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTECARLO,
     4. declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a AdministraçãoPública.
  3. –As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e de contratar como MUNICÍPIO DE MONTE CARLO e de declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas a CONTRATADA juntamente com a multa e obedecerão ao disposto na legislação, no que concerne às hipóteses de aplicação, *quantum* econsequências.
  4. - A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da CONTRATADA.
  5. – A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do CONTRATANTE, a critério da fiscalização, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.
  6. – O CONTRATANTE observará a boa-fé da CONTRATADA e as circunstâncias atenuantes ou agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado pela fiscalização e não tenha causado prejuízo a CONTRATANTE ou aterceiros.
  7. –No caso de inexecução parcial ou total do contrato,as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:
     1. 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não entrega do objeto solicitado, incidente sobre o valor total do contrato até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 05 (cinco)dias;
     2. Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 5,00% (cinco por cento) calculada sobre o valor total do contrato;
     3. Transcorridos 06 (seis) dias do prazo de entrega estabelecido na Ordem de Compra e/ou Autorização de Fornecimento, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 25%(vinte e cinco por cento)por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

# ESTADO DE SANTA CATARINA



MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

* 1. - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do ajuste enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o seu rompimento, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.
  2. – Falha na execução do contrato prevista no item nº 14.6 estará configurada quando a contratada se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na Tabela aseguir:

|  |  |
| --- | --- |
| ITEM | DESCRIÇÃO |
| **1** | Não manter a documentação de habilitação atualizada |
| **2** | Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito,  o fornecimento do objeto |
| **3** | Danificar ou destruir patrimônio do município por dolo ou culpa de seus  agentes |
| **4** | Manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do  contrato |
| **5** | Fornecer informação pérfida sobre execução do objeto do contrato |
| **6** | Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano  físico, lesão corporal ou consequências letais |
| **7** | Não emitir documento fiscal de forma condizente à ordem de  fornecimento |
| **8** | Realizar serviço ou fornecimento de materiais sem autorização formal  do encarregado do Dpto de Compras |
| **9** | Pelo não cumprimento da entrega dos produtos ou serviços no prazo  determinado no Edital |
| **10** | Não efetuar reposição de funcionários faltosos |
| **11** | Recusar-se a efetuar serviço determinado pelo fiscal do contrato, sem  motivo justificado |
| **12** | Não substituir empregado que se conduza de modo inconveniente |
| **13** | Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como porcaráter  permanente ou deixar de providenciar recomposiçãocomplementar |

* 1. – O valor da multa poderá ser descontado do pagamento ser efetuado à CONTRATADA.
  2. – Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir ovalor da multa, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.
  3. – Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este poderá ser encaminhado para inscrição em dívidaativa.

|  |
| --- |
| **15 – DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO** |

* 1. – O contrato poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de1993.

# ESTADO DE SANTA CATARINA



MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

* + 1. - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciadorpoderá:
       1. - liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento;e
       2. - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.
    2. - Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Contratante deverá proceder à revogação do contrato, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

|  |
| --- |
| **16 – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR** |

* 1. – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando: I - descumprir as condições contratuais;

1. - recusar-se a celebrar o contrato ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
2. - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
3. - tiver presentes razões de interesse público;
4. –for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de1993;
5. –for impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de2002.
   1. –O cancelamento de registro,nas hipóteses previstas,assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.
   2. - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

|  |
| --- |
| **17 – DA DOTAÇÃO** |

17.1 - As despesas decorrentes da entrega/realização do objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2021;

Entidade – 1 Prefeitura Municipal Órgão – 07 Secretaria de Educação

Projeto/Atividade – 1.007 Equipamentos e Veículos para Educação

|  |
| --- |
| **18 – DO PAGAMENTO** |

* 1. - O pagamento pela execução objeto da presente licitação, será feito em favor da licitante vencedora,mediante crédito em conta corrente de titularidade dosfornecedores devidamente identificados ,após as publicações mensais,acompanhados da respectiva Nota Fiscal/Fatura.

# ESTADO DE SANTA CATARINA



MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

* + 1. – Conforme disposição legal contida no Decreto nº 7.507, art. 2º, § 1º, de 27 de junhode2011,os fornecedores obrigam-se a informar a esta administração,caso sejam vencedores do certame, número de conta em agencia de banco oficial federal (Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal), para receberem seus créditos sem custo adicionais. Caso apresentem número de contas em bancos não oficiais, do ramo privado, arcarão com os custos provenientes da transferência dopagamento.
  1. –O númerodo CNPJ- Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica-constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação (item 5.2. letra “a” deste Edital).
  2. – A forma de pagamento será mensal, sendo realizado até o dia 10 (dez) do mês subsequente a da emissão da notafiscal.
  3. - Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

|  |
| --- |
| **19 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS** |

* 1. - Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Edital.
  2. –O resultado desta licitação estará à disposição dos interessados,na sala doSetor de Compras e Licitações, logo após sua homologação.
  3. –Detalhes não citados,referentes aprestação dos serviços,mas que a boa técnica leve a presumir a sua necessidade, não deverão ser omitidos, não sendo aceitas justificativas para sua não apresentação.
  4. - A Prefeita poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito efundamentado.
  5. –O Pregoeiro e a Equipe de Apoio prestarão os esclarecimentos necessários,bem como irão dirimir as dúvidas suscitadas, de segunda a sexta-feira, das 13:30 às 17:00 horas, através dos telefones 49/3546.0194, pessoalmente no Departamento de Compras ou ainda pelo e-Mail:LICITACAO@MONTECARLO.SC.GOV.BR
  6. – São partes integrantes deste edital os seguintesANEXOS:
     1. ANEXO I – Modelo de Procuração;
     2. ANEXO II – Modelo de Proposta dePreços;
     3. ANEXO III – Dados Bancários e Dados do RepresentanteLegal;
     4. ANEXO IV – Declaração de Cumprimento Requisitos deHabilitação;
     5. ANEXO V – Minuta do Contrato.
     6. ANEXO VI – Modelo de Declaração Inciso XXXIII art 7º da CF, de Idoneidade e deVínculo.
     7. ANEXO VII – Relação de produtos e quantidades.

Monte Carlo – SC, 07 DE JUNHO de 2021

## SONIA SALETE VEDOVATTO

Prefeita Municipal



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

**ANEXO I**

## PROCESSO LICITATÓRIO Nº 65/2021/PM

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

*PROCURAÇÃO*

<RAZÃO SOCIAL, CNPJ, ENDEREÇO COMPLETO> , por meio de

<NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL, RG, CPF E

QUALIFICAÇÃONAEMPRESA> , constitui como suficiente PROCURADOR o Sr.

<NOME COMPLETO,RG, CPF> , outorgando-lhe poderes gerais para

representarareferidaempresanoProcessoLicitatórionº39/2021/PM,outorgando

ainda poderes específicos para efetuar lances, interpor recursos, assinar contratos e praticar todos os demais atos necessários a este procedimento licitatório.

<Cidade/Estado> , <data>

<nome completo do representante legal

e qualificação na empresa>

## OBS: Com assinatura do Outorgante reconhecida em Cartório.

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 65/2021/PM**

**PROPOSTA DE PREÇOS**

1. **IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA:**

RazãoSocial: NomedeFantasia: Endereço: Bairro: Município: Estado: CEP: Fone/Fax: CNPJ:

InscriçãoEstadual: InscriçãoMunicipal

1. **CONDIÇÕES DAPROPOSTA:**

Prazo de validade da proposta: 60 - dias. Prazo de vigência do contrato:30 DIAS.

## DECLARAÇÃO:

Declaramos, para os devidos fins, que nesta proposta estão inclusos todos os custos e despesas necessários a total execução do objeto ora licitado, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, fretes, seguros, encargos sociais e trabalhistas, embalagens, lucro, honorários profissionais, despesas de hospedagem, alimentação, deslocamento dos profissionais e outros necessários ao cumprimento integral do objeto de Edital do Pregão acima indicado e seus anexos.

## OBJETO DAPROPOSTA

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **RELAÇÃO DOS PRODUTOS, MATERIAIS e SERVIÇOS** | | | | | | |
| **ITEM** | **DESCRIÇÃO** | **MARCA** | **UND** | **QTDADE** | **R$ UNID** | **R$ TOTAL** |
| **1** |  |  |  |  |  |  |

Local e Data

(representante legal)

## PROCESSO LICITATÓRIO Nº 65/2021/PM

* 1. **DADOSBANCÁRIOS:**

|  |  |
| --- | --- |
| **NOME DO BANCO:** | |
| **CIDADE/AGÊNCIA:** | |
| **Nº DA AGÊNCIA:** | **Nº DA CONTA CORRENTE:** |

* 1. **DADOS DAEMPRESA**

|  |
| --- |
| **RAZÃO SOCIAL** |
| **INSCRIÇÃO**  **FEDERAL:**  **ESTADUAL:**  **MUNICIPAL:** |
| **ENDEREÇO COMPLETO** |
| **CONTATOS**  **TELEFONE: EMAIL:** |

* 1. **DADOS DO REPRESENTANTELEGAL**

|  |
| --- |
| **NOME COMPLETO:** |
| **CARGO ou FUNÇÃO:** |
| **IDENTIDADE Nº/ÓRGÃO EMISSOR:** |
| **CPF/MF Nº:** |
| **ENDEREÇO COMPLETO:** |
| **TELEFONE-FIXO: CELULAR:** |
| **ENDEREÇO EMAIL:** |
| **ESTADO CIVIL:** |
| **NACIONALIDADE:** |

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 65/2021/PM**

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO PLENO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) CNPJ nº

, sediada em (ENDEREÇO

COMERCIAL) , declara, sob as penas da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, que cumpre plenamente os requisitos para sua habilitação no presente processolicitatório.

## Obs.: Em se tratando de ME ou EPP, favor orientar-se pelo descrito no item 4.3 parágrafo único.

MonteCarlo(SC), <DATA>

Assinatura do representante legal da empresa

Carimbo da empresa

## PROCESSO LICITATÓRIO Nº 65/2021/PM

**CONTRATO ADMINISTRATIVO – Nº /13/**

Das partes, presentes de um lado;

O **MUNICÍPIO DE MONTE CARLO,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104.0001.04,representado neste ato pela Prefeita Sra SONIA SALETE VEDOVATTO ,no uso de suas atribuições doravante designado simplesmente **MUNICÍPIO,** e de outro lado a empresa: **/13/**pessoa jurídica de direito privado, situada na cidade de /14/,inscrita no cnpj sob o nº/15/,neste ato representada pelo Sr(a)./16/, portador do cpf nº /17/, doravante denominado **FORNECEDOR;** para entrega dos serviços descritos a seguir, consoante as condições estatuídas em Edital e será regido pela Lei nº 10.520,de 17 de julho de 2002,Decreto Federa lnº 7892 de 23/Janeiro/2013, Decreto Municipal nº 04 de 10/janeiro/2017, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados neste contrato.

|  |
| --- |
| **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO** |

* 1. –A contratada por força do presente instrumento obriga-se junto ao MUNICÍPIO DE MONTE CARLO a fornecer os serviços/produtos: ÔNIBUS com carroceria integrada, conforme especificações a quantitativos a seguir elencados.
  2. – A CONTRATADA deverá estar atenta às recomendações técnicas expressas no Edital bem como qualquer alteração.

|  |
| --- |
| **CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO** |

* 1. – As quantidades de unidades individuais do objeto do presente termo, serão contratados parcial ou totalmente durante o período contratual.
  2. – Os serviços/produtos de que trata este contrato são aquelas previstas no Anexo VII do edital.
  3. – O FORNECEDOR iniciará os serviços mediante a solicitação formal do Chefe do Departamento de Compras deste município no prazo máximo de 10 (dez)dias.
  4. – O FORNECEDOR obriga-se a emitir NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), para as transações efetuadas, nos prazos fixados pela legislação vigente, quando assim se enquadrarem por força legal.
  5. - O não fornecimento dos serviços/produtos dentro do prazo fixados neste termo, ensejará a revogação do contrato e a aplicação das sanções legais previstas.

|  |
| --- |
| **CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO** |

3.1 – Pela prestação do objeto o FORNECEDOR receberá a importância abaixo descrita, pelos itens a seguir:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| ITEM | QUANT | DESCRIÇÃO | R$/UND | R$/TOTAL |
|  |  |  |  |  |

|  |
| --- |
| **CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS** |

|  |
| --- |
| **CLÁUSULA QUINTA - DOS PAGAMENTOS** |

5.1-O pagamento pelos serviços contratados,será realizado até o10(dez)dia do mês seguinte da emissão das notas fiscais.

|  |
| --- |
| **CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR** |

Será de responsabilidade da licitante vencedora:

* 1. - Prestar os serviços/ fornecer os produtos nas condições e formas previstas no presente Contrato,vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar,em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;
  2. - Realizar os serviços/entregar os produtos na sede do município, diretamente nos locais a que for autorizado oserviços;
  3. - Iniciar os serviços/entregar os produtos solicitados, somente com autorização expressa e formal do Chefe do Departamento de Compras do município, através de apresentação do documento emitido pelo Departamento de Compras,no dia e hora que o mesmo solicitar;
  4. - Indicar na Nota Fiscal, o número da Autorização de Fornecimento – Ordem de Compra.
  5. - Entregar os serviços/produtos licitados com qualidade e que cumpram as determinações da legislaçãovigente;
  6. - Manter, durante toda a execução contratual, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei8666/93.

|  |
| --- |
| **CLAUSÚLA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE** |

* 1. –Cumprir com todasas obrigações em conformidade com as Disposições do Edital, do Contrato e de seusAnexos.
  2. – Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias.

7.3. – Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos á execução do objeto, em especial quanto a aplicação de sanções, alterações e repactuações do mesmo.

* 1. –Acompanhar a execução do contrato,nos termos do inciso III do art.58 e com art. 67 da Lei nº 8666/93, através dos fiscais do contrato, que exercerão ampla e irrestrita fiscalização e gestão do objeto, a qualquer hora, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados, inclusive às obrigações da contratada constantes deste Edital econtrato.
  2. – Efetuar juntada aos autos do processo das irregularidades observadas durante a execução da relaçãocontratual.
  3. – Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas em Contrato e Edital.
  4. – Rejeitar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato em desacordo com as respectivas especificações.
  5. – Comunicar à contratada as ocorrências ou problemas verificados para que efetue medidas corretivas.
  6. – Verificar, durante toda a execução do contrato, a manutenção pela contratada,de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação em compatibilidade com as obrigações assumidas.
  7. – Impedir que terceiros estranhos à contratação forneçam objeto licitado, ressalvados os casos de subcontratação admitidos no ato convocatório e nocontrato.
  8. – Prestar informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham aser solicitados pelacontratada.
  9. – Solicitar a reparação ou substituição do objeto que esteja em desacordo com a especificação apresentada e aceita, ou que apresentedefeito.

# ESTADO DE SANTA CATARINA



MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

* 1. –Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto,alertando a contratada asfalhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade a contratada.
     1. – Fica definida a pessoa do Sr. Aelton Gomes de Campos, como fiscal do presente contrato.
  2. – Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas neste Edital e no Contrato.

|  |
| --- |
| **CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS** |

* 1. – Pela inexecução total ou parcial do objeto ou falha na execução do contrato e verificado ao nexo causal devido a ação ou à omissão da CONTRATADA,relativamente as obrigações contratuais em questão,torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei nº 10520/2002, no Decreto nº 5450/2005 e da Lei nº 8666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado aseguir:
     1. advertência,
     2. multa,
     3. suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTECARLO,
     4. declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a AdministraçãoPública.
  2. – As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO e de declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas a CONTRATADA juntamente com a multa e obedecerão ao disposto na legislação, no que concerne às hipóteses de aplicação, *quantum* econsequências.
  3. - A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da CONTRATADA.
  4. – A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do CONTRATANTE, a critério da fiscalização, desde que não caiba a aplicação de sanção maisgrave.
  5. – O CONTRATANTE observará a boa-fé da CONTRATADA e as circunstâncias atenuantes ou agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado pela fiscalização e não tenha causado prejuízo a CONTRATANTE ou aterceiros.
  6. – No caso de inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintesparâmetros:
     1. 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não entrega do objeto solicitado, incidente sobre o valor total do contrato até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 05 (cinco)dias;
     2. Emcasodeinexecuçãoparcialoudequalqueroutrairregularidadedo objeto poderá ser aplicada multa de 5,00% (cinco por cento) calculada sobre o valor total docontrato;
     3. Transcorridos 06 (seis) dias do prazo de entrega estabelecido na Ordem de Compra e/ou Autorização de Fornecimento, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 25% (vinte e cinco por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor dacontratação.
  7. - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do ajuste enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o seu rompimento, aqueles previstos no art. 78, incisos I aXVIII.
  8. – Falha na execução do contrato prevista no item nº 8.1 estará configurada quando a contratada se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na Tabela a seguir:
  9. – O valor da multa poderá ser descontado do pagamento ser efetuado à CONTRATADA.

|  |  |
| --- | --- |
| ITEM | DESCRIÇÃO |
| **1** | Não manter a documentação de habilitação atualizada |
| **2** | Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito,  o fornecimento do objeto. |
| **3** | Danificar ou destruir patrimônio do município por dolo ou culpa de seus  agentes |
| **4** | Manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do  contrato |
| **5** | Fornecer informação pérfida sobre execução do objeto do contrato |
| **6** | Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano  físico, lesão corporal ou consequências letais. |
| **7** | Não emitir documento fiscal de forma condizente à ordem de  fornecimento |
| **8** | Realizar serviço ou fornecimento de materiais sem autorização formal do  encarregado do Dpto de Compras |
| **9** | Pelo não cumprimento da entrega dos produtos ou serviços no prazo  determinado no Edital |
| **10** | Não efetuar reposição de funcionários faltosos |
| **11** | Recusar-se a efetuar serviço determinado pelo fiscal do contrato, sem  motivo justificado. |
| **12** | Não substituir empregado que se conduza de modo inconveniente |
| **13** | Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como porcaráter  permanente ou deixar de providenciar recomposiçãocomplementar. |

* 1. – Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicaçãooficial.
  2. – Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este poderá ser encaminhado para inscrição em dívidaativa.

|  |
| --- |
| **CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL** |

9.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

|  |
| --- |
| **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO** |

10.1 – O Contrato poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas noart. 65 da Lei nº 8.666/93 e demais regras conforme Edital de origem.

|  |
| --- |
| **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO**  **FORNECEDOR** |

* 1. – O FORNECEDOR terá seu registro canceladoquando:
     1. Descumprir as condições contratuais;
     2. Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, sem justificativaaceitável;

# ESTADO DE SANTA CATARINA



MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

* + 1. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
    2. Tiver presentes razões de interessepúblico;
    3. For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de1993;
    4. For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

|  |
| --- |
| **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA** |

12.1 - As despesas decorrentes da entrega/realização do objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2021.

Entidade – 1 Prefeitura Municipal Órgão – 07 Secretaria de Educação

Projeto/Atividade – 1.007 Equipamentos e Veículos para Educação

|  |
| --- |
| **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO**  **LICITATÓRIO** |

13.1 - O presente Contrato está vinculado ao Processo Licitatório n° 65/2021/PM, Pregão Presencial nº 038/2021/PM.

|  |
| --- |
| **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA** |

14.1 - O prazo de vigência do contrato será da data de assinatura até o prazo de 90 dias.

|  |
| --- |
| **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS** |

15.1-Detalhes não citados,referentes aprestação dos serviços,mas que a boa técnica leve a presumir a sua necessidade, não deverão ser omitidos, não sendo aceitas justificativas para sua não apresentação.

|  |
| --- |
| **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO** |

16.1 - É competente o foro da Comarca de Fraiburgo para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente contratação.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam o presente termo contratual em duas vias de igual teor e forma.

Monte Carlo - SC, data

## MUNICIPIO DEMONTECARLO /13/

**SONIASALETEVEDOVATTO /16/**

**Testemunhas:**

Fiscal do Contrato: MARCIA OLIVEIRA E DUARTE.



## PROCESSO LICITATÓRIO Nº 65/2021/PM

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO NO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, IDONEIDADE E DE VÍNCULO**

(nome), portador doCPFN.º , na condição de preposto daempresa , inscrita no CNPJ soboNº ,DECLARO:

1. Sob as penas da lei\*, que a pessoa jurídica acima nominada encontra-se em situação regular quanto ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da ConstituiçãoFederal.

Por ser esta uma declaração da verdade, firmo o presente para os efeitos pretendidos, especialmente para comprovação de regularidade quanto ao cumprimento da norma constitucional de proteção ao trabalho do menor e do adolescente junto ao Sistema Federal de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego.

1. Sob as penas da lei que não está cumprindo penalidade de inidoneidade, suspensão ou impedimento de contratar com a AdministraçãoPública.

b) Nos termos do art. 9º, da Lei nº 8.666/93, que não possui como sócio ou procurador, ou sendo pessoa física não é, servidor público efetivo ou não, ainda que licenciado do cargo, nem mantém vínculo de qualquer espécie com o MUNICÍPIO DE MONTECARLO,bemcomo,nãoépessoaterceirizadacujaatividadeestejarelacionada com os setores de Compras, Jurídico, Contábil, Financeiro ouqualquer outro setor cujo objeto licitado sejaafeto.

, em / / .

\*Código Penal, art. 299.

Representante da Licitante

## PROCESSO LICITATÓRIO Nº 65/2021/PM

**RELAÇÃO DOS PRODUTOS, QUANTIDADES E VALOR MÁXIMO.**